

Renata Ferreira Munhoz  
Renata Ferreira Costa

## **A APLICAÇÃO DOS PADRÕES DE ENSINO PROPOSTOS PELO MARQUÊS DE POMBAL NA CAPITANIA DE SÃO PAULO**

### **RESUMO**

No século XVIII, diversos setores da sociedade europeia passaram por importantes mudanças, motivadas principalmente pelas ideias iluministas que afiguravam no cenário de então. O impulsionador dessas ideias em Portugal foi Sebastião José de Carvalho e Mello, o Marquês de Pombal (1750-1777), secretário de Estado dos Negócios do Reino, que promoveu uma série de reformas sociais e econômicas na nação portuguesa e suas colônias, em especial no campo educacional, a exemplo do incentivo à educação pública e laica. Este artigo insere-se nesse contexto setecentista racionalista, para compreender melhor a repercussão das medidas de reestruturação educacional propostas por Pombal no Brasil, particularmente na Capitania de São Paulo. Essa reforma foi implementada pelo governador e capitão general Morgado de Mateus, homem de elevada cultura, que, dentre tantas preocupações político-administrativas, dedicou-se de maneira bastante efusiva e peculiar a fomentar a educação em São Paulo, no que diz respeito, especialmente, à arte de “debuxar”.

**Palavras-chave:** Educação. Marquês de Pombal. Capitania de São Paulo.

## APPLICATION OF THE TEACHING STANDARDS PROPOSED BY THE MARQUIS OF POMBAL IN THE CAPTAINCY OF SÃO PAULO

### Abstract:

Several sectors of the European society in the 18th century underwent important changes, motivated mainly by the Enlightenment ideas that appeared in the scenario at that time. Sebastião José de Carvalho e Mello, the Marquis of Pombal (1750-1777) and Secretary of State for Kingdom Affairs was the driving force behind the ideas in Portugal. He promoted social and economic reforms in Portugal as well as in its colonies. Among his reforms, the educational field can be highlighted since Pombal encouraged the public and secular education. This text deals with the eighteenth-century rationalist context, to better understand the repercussions of the educational restructuring measures proposed by Pombal in Brazil, particularly in the Captaincy of São Paulo. The governor and captain-general Morgado de Mateus, an illustrated and cultured man, besides his political-administrative concerns, implemented the educational reform in a very effusive and peculiar way in São Paulo, including what he called “the art of debuxar”.

**Keywords:** Education. Marquis of Pombal. Captaincy of São Paulo.

## LA APLICACIÓN DE LAS NORMAS DE ENSEÑANZA PROPUESTAS POR EL MARQUÉS DE POMBAL EN LA CAPITANÍA DE SÃO PAULO

### Resumen:

En el siglo XVIII, varios sectores de la sociedad europea experimentaron cambios importantes, motivados principalmente por las ideas de la Ilustración que aparecieron en el escenario en ese momento. La fuerza impulsora detrás de estas ideas en Portugal fue Sebastião José de Carvalho e Mello, el Marqués de Pombal (1750-1777), Secretario de Estado para Asuntos del Reino, quien promovió una serie de reformas sociales y económicas en la nación portuguesa y sus colonias, en particular en el campo educativo, como fomentar la educación pública y laica. Este artículo es parte de este contexto racionalista, para comprender mejor las repercusiones de las medidas de reestructuración educativa propuestas por Pombal en Brasil, particularmente en la Capitanía de São Paulo. Esta reforma fue implementada por el gobernador y capitán general Morgado de Mateus, un hombre de alta cultura, quien, entre tantas preocupaciones político-administrativas, se dedicó de una manera muy efusiva y peculiar a fomentar la educación en São Paulo, con respecto, especialmente, al arte del “debuxar”.

**Palabras clave:** Educación. Marqués de Pombal. Capitanía de São Paulo.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho parte da convergência de duas pesquisas vinculadas à área de Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo: a de Costa (2014) e a de Munhoz (2015). Isso porque ambas tratam da capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII a partir de documentação manuscrita, com vistas a observar a repercussão local das medidas de reestruturação educacional propostas pelo Marquês de Pombal.

Entende-se que, embora não tenha se dedicado intensamente à educação na Capitania de São Paulo, o governador e capitão general Morgado de Mateus contribuiu para implementar, de maneira bastante peculiar, as medidas educacionais propostas por Pombal na segunda metade do século XVIII, com vistas à militarização do território.

Para tratar desse tema, apresenta-se uma breve contextualização sociohistórica do período. A seguir, abordam-se aspectos da personagem que protagoniza o recorte escolhido para este texto. Tais reconstruções de caráter histórico são possíveis graças à função transcendente da Filologia, que, segundo Spina (1994, p. 83-84), toma o texto enquanto “[...] instrumento que permite ao filólogo reconstruir a vida espiritual de um povo ou de uma comunidade em determinada época.”

A partir de documentação manuscrita, inferem-se circunstâncias de cunho ideológico associadas à configuração da reforma do ensino na capitania de São Paulo da segunda metade do século XVIII. Trabalha-se com a análise de um ofício manuscrito enviado pelo Morgado de Mateus ao Marquês de Pombal, documento em que o governador, de maneira metalinguística, aborda a sua produção manuscrita autógrafa (escrita e assinada pelo mesmo punho) em sua secretaria de governo.

## PARA CONTEXTUALIZAR

Não se pode estudar a sociedade brasileira de fins do século XVIII sem abordar as grandes mudanças políticas, econômicas, sociais, culturais e linguísticas associadas a dois tópicos essenciais: o Iluminismo, enquanto

grande propulsor intelectual, e as ações políticas do Marquês de Pombal, que atuou como primeiro-ministro de Portugal no governo do rei D. José I.

Conhecido como o “século das luzes”, o século XVIII representa uma época de intensas transformações culturais na Europa. A “Ilustração” ou “Filosofia das Luzes”, como também é chamado o Iluminismo, passou a valorizar a razão, “essencialmente subjetiva e crítica”, e o racionalismo, “essencialmente humanista e antropocêntrico” (Moncada, 1941, p. 8). A pesquisa como caminho para a aquisição concreta do conhecimento e a busca por arrolar de maneira clara e organizada todo o conhecimento conquistado pela humanidade até então passou a ser o foco dos pensadores associados a essa corrente de pensamento. De maneira geral, passou-se a combater o absolutismo monárquico, o mercantilismo, os privilégios da nobreza e o poder do clero. Essa transferência de valores trouxe à luz estudos relacionados às Ciências, Artes, Filosofia, Economia e Política. Os filósofos iluministas dedicaram-se, ademais, à observação de fenômenos naturais nos campos da Astronomia, da Biologia, da Geografia e da Química. Foram tais preceitos que, juntamente com a Revolução Industrial, culminaram na Revolução Francesa, em 1789.

Portugal, de maneira diferenciada, permaneceu como um Estado absolutista, em que predominava “a aristocracia de mentalidade feudalizante” (Falcon, 1993, p. 173). Afinal, de acordo com Fávero (1996, p. 57), todos os níveis sociais coexistiam com o tradicionalismo antigo e as novidades das inúmeras reformas: “boa parte das ideias vinha do século XVII e só muito indiretamente ecoava aquilo que, em meados do século XVIII, foi propriamente a cultura europeia das Luzes” (Ramos, 2009, p. 357).

Apesar disso, notam-se evidências do racionalismo iluminista nas políticas pombalinas, como, por exemplo, a expansão comercial e a dinamização das organizações burocráticas, especialmente no que diz respeito ao gerenciamento dos domínios ultramarinos.

Com base nesses ideais iluministas, os governos das colônias portuguesas, mesmo permanecendo absolu-

tistas e monárquicos, adotaram princípios com vistas à construção de Estados mais prósperos. Disso deriva o “Despotismo Esclarecido”, que resultou em reformas sociais em todos os âmbitos, com destaque para o campo educacional, com a proposta de uma educação leiga, desvinculada do ensino jesuítico.

Entre 1751 e 1780, os intelectuais Denis Diderot e Jean d’Alembert reuniram e publicaram em um conjunto de livros conhecido como a *Grande Enciclopédia*, ou *Encyclopédie*, as ideias iluministas, com o intuito de “[...] ser uma suma completa dos conhecimentos filosóficos e científicos da época [...]” (Burns, 1979, p. 553). Além disso, essas ideias assim organizadas revelavam a preocupação de que todos os conhecimentos humanos fossem arrolados de forma organizada e sistemática, de modo a permitir a consulta.

Em 1756, houve a nomeação de Sebastião José de Carvalho e Mello (1750-1777) para secretário de Estado dos Negócios do Reino de Portugal. Isso ocorreu depois de um período turbulento por conta de um terremoto seguido de um maremoto, que, em 1755, destruiu a cidade de Lisboa. Com o título nobiliárquico de Conde de Oeiras e, posteriormente, de Marquês de Pombal, Sebastião José foi o braço direito do rei Dom José I, com cargo equivalente ao atual primeiro-ministro. Com bastante autonomia, Pombal foi tido como um “déspota esclarecido”, reestruturando a sociedade portuguesa, por exemplo, com o fim de privilégios da alta nobreza. Além disso, de acordo com Maxwell (1996, p. 96), tratou da

[...] estruturação de um novo sistema de educação pública para substituir o dos jesuítas, a afirmação da autoridade nacional na administração religiosa e eclesiástica, o estímulo a empreendimentos industriais e a atividades empresariais e a consolidação da autoridade para lançar impostos, das capacidades militares e da estrutura de segurança do Estado.

De maneira decisiva à estrutura educacional do período, Pombal sequestrou todos os bens da Companhia de Jesus, fechou seus colégios, destruiu suas missões e

expulsou seus padres de Portugal e suas colônias em 1759. Essa medida fundamentava-se na ideia de que os jesuítas pertenciam a uma ordem religiosa autônoma, que vivia às margens da autoridade monárquica, explorando os indígenas locais e desrespeitando o Tratado de Madri. Diante da expansão, houve a reforma do ensino, com o incentivo aos estudos científicos, a tentativa de tornar o ensino laico e, no plano linguístico, a implementação de uma nova política, que, no Brasil colonial, impunha o uso exclusivo da língua portuguesa, em detrimento de línguas locais e da língua geral.

## O MORGADO DE MATEUS

Os governadores das capitanias eram escolhidos com base nos princípios da confiança do rei e da lealdade à monarquia, assim, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, como entrou para a História por conta de ser detentor de um morgadio na região de Mateus, em Vila Real, Portugal, foi selecionado para governar por três anos a capitania de São Paulo, o que acabou se estendendo por mais sete anos (1765-1775). Sua chegada representou importante conquista para São Paulo, que deixou sua situação de capitania extinta e de subordinação à jurisdição do Rio de Janeiro desde 1748.

Com o objetivo central de restaurar a situação política da capitania e, ao mesmo tempo, reforçar a segurança territorial com vistas a ampliar os seus limites demográficos, o governador assumia o papel de militarizar a região. Isso porque se estabeleciam “contrastes significativos entre a enormidade territorial e a própria essência do absolutismo, que é a centralização” (Bellotto, 2014, p. 392).

Dado o seu “ânimo empreendedor” (Bellotto, 2007, p. 73), o Morgado de Mateus, protótipo dos governadores coloniais ultramarinos do século XVIII, por ser ligado à nobreza, seguir carreira militar e estar associado aos preceitos pombalinos, foi considerado o mais ativo dos capitães gerais:

Haveria, realmente, a “mística dos governadores pombalinos” de que fala Silva Rego, obedecendo à mesma tônica um Mendonça Furtado, um Azambuja, um

Lavradio, um Luís Pinto de Sousa Coutinho, um Luís Diogo Lobo da Silva, um Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, um Morgado de Mateus? Forjados nas fileiras de Lippe e/ou nos bancos de Coimbra, produtos das ideias de um iluminismo administrativo de que começava a revestir-se o consulado pombalino, teriam sido pronunciadores dos tempos finais da situação colonial? (Bellotto, 1985, p. 277).

Até a chegada do Morgado de Mateus, a vila de São Paulo de Piratininga constituía a região mais pobre da América Portuguesa devido a fatores como a distância do litoral e o conseqüente isolamento comercial, como aponta Vitral (2001, p. 341-342). Ademais, partindo do conceito de povo proposto por Wehling (2001), pode-se entender que a população da capitania de São Paulo no período, como parte do Antigo Regime, era composta em grande parte pelo chamado “povo pobríssimo, que correspondia às massas de excluídos” (Coral, 2010, p. 163). Dessa forma, aquela sociedade, marcada pelo isolamento no planalto e contato constante com a cultura indígena, pela desolação e pela permanente mobilidade das bandeiras e do tropeirismo, de acordo com Souza (2005, p. 46), fez com que hábitos peculiares fossem desenvolvidos. Esses hábitos chamaram a atenção do governador, que não encontrava no povo paulista os homens de que precisava para seus projetos. Tanto no âmbito militar quanto em outros setores, o Morgado de Mateus reconhecia constante dificuldade de encontrar funcionários adequados.

Seu gosto pela Educação repercutiu até mesmo na instância familiar: ao decidir que garantiria sua descendência por meio do casamento, tendo estado solteiro até os 34 anos, Dom Luís António, de acordo com Guerra (1982, p. 7), impôs quatro condições como dote para se casar: primeiro que a noiva tivesse um físico de aceitável beleza, como distinta figura; segundo, que apresentasse uma educação esmerada com hábitos da corte, que sua nobreza não contasse com excessos de consanguinidade que fizessem temer pouca saúde nos descendentes, e, por fim, que fosse detentora de uma sã moral cristã. Nota-se que a segunda condição revela que a educação do período estava associada, necessariamente, aos bons modos e etiquetas, como os típicos hábitos de corte.

Ademais, em carta particular à esposa, o Morgado de Mateus pede que ela não se esqueça de mandar ensinar ao filho primogênito e herdeiro do morgadio, José Maria, a arte de debuxar, afirmando que essa prática seria mais útil que todas as outras habilidades na administração pública. Interessante destacar, diante disso, que a sua predileção pela arte de manuscruver com destreza apresenta-se como um fator determinante à implantação da reforma educacional pombalina na capitania de São Paulo.

## A EDUCAÇÃO NA CAPITANIA DE SÃO PAULO SETECENTISTA

Iniciada em 1549, a história da educação no Brasil tem como marco a chegada dos primeiros padres jesuítas, representantes da Igreja e detentores do monopólio<sup>1</sup> do ensino. Segundo Gonçalves et al. (1998, p. 6), os principais objetivos do trabalho pedagógico exercido pela Companhia de Jesus na colônia eram “[...] a conversão do gentio e a ampliação dos seus quadros regulares [...]” por meio do ensino da língua e da doutrina cristã.

Deve-se destacar que, antes da expulsão efetiva dos jesuítas, em setembro de 1759, expediu-se, no dia 28 de junho, um alvará pelo qual se extinguíam todas as escolas reguladas pelos jesuítas, a que se seguiu, conforme Gonçalves et al. (1998, p. 53), a nomeação de um “Diretor de Estudos” para a gestão de todos os professores.

Ainda durante o governo do Morgado de Mateus, a lei pombalina denominada “Reforma dos Estudos Menores”, de 6 de novembro de 1772, culminou na criação de 479 escolas portuguesas de ler, escrever e contar, das quais 17 foram implantadas no Brasil. Essa lei dividiu o ensino da escrita em duas fases distintas, de acordo com Adão (1998, p. 18): a primeira ensinava a criança a desenhar as letras e a treinava na escrita de palavras; a segunda, por sua vez, visava ao texto ideal, que consistia na cópia ou na escrita, a partir de texto ditado, sem erros de ortografia<sup>2</sup>. Até então, todo o processo de aprendizagem devia ocorrer em uma única etapa, com a memorização das palavras escritas e aprimoramento do desenho das letras, por meio da prática de copiar documentos, de modo a grafar com caligrafia legível e correção ortográfica.

De acordo com Marquilhas (2000, p. 83), os primeiros esforços para avaliar o grau de alfabetização das sociedades do Ocidente datam do século XIX, época em que o número de cidadãos alfabetizados começou por ser calculado a partir do universo documental dos registos matrimoniais, com a adoção das assinaturas como unidades de medida. Apesar disso, pode-se dizer que, de maneira geral, a população da capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII era analfabeta.

Nesse contexto, as reformas educacionais promovidas pelo Morgado de Mateus embasavam-se nos padrões de Pombal, que, por sua vez, apoiavam-se nas propostas de Luís António Verney publicadas em *Verdadeiro método de estudar*, “obra pedagógica composta por 16 cartas que se constitui num divisor de águas na cultura portuguesa do século XVIII” (COSTA, 2014, p. 15). Embora as propostas de Verney se configurassem como uma crítica ao ensino tradicional português, implantou-se em Portugal e suas colônias muito dos métodos anteriores, sobretudo o elemento disciplinador, que continuava a ser o castigo físico. Contava-se, então, com uma espécie de “pedagogia de medo”, bastante “inadequada à idade da razão”, segundo Maxwell (1996, p. 12).

Um aspecto relevante dessa reforma educacional foi a introdução do ensino de língua portuguesa antepondo-se ao de língua latina, em oposição ao ensino jesuítico, como aponta Maxwell (1996, p. 104). Para Luís António Verney, por exemplo, a língua latina deveria ser aprendida por meio da língua portuguesa – “todos os homens sábios confessam que deve ser em vulgar o método para se aprender a gramática, pois não há maior absurdo do que intentar aprender uma língua no mesmo idioma que se ignora.” (Marquilhas, 2000, p. 28).

A política de implantação do uso exclusivo do Português como língua oficial priorizava o ensino da gramática portuguesa. Mais do que em São Paulo, foi no Grão-Pará e Maranhão, sob o comando do irmão de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que essa política foi aplicada de forma mais contundente, com a restrição do uso do nheengatu, como observa Villalta (2005, p. 340).

Essa valorização da língua materna, conforme pesquisa de Pinto (1988, p. 17-18), repercutiu, no século XVIII, no desenvolvimento de estudos ortográficos e lexicais, com destaque para as obras de Luís Caetano de Lima, João Madureira Feijó, Luís de Monte Carmelo e Antônio José dos Reis Lobato, e com o *Vocabulário Português e Latino* (1712-1727), de Rafael Bluteau, como marco inicial da lexicografia, seguido do *Dicionário da Língua Portuguesa* (1789), de Antônio de Moraes Silva, e do *Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal antigamente se usavam* (1798-1799), de Joaquim de Santa Rosa Viterbo.

Com vistas à militarização, ganhavam destaque as cadeiras de Matemática e Geometria. Contudo, especificamente em São Paulo, apesar do esforço do Morgado de Mateus para implementar o seu ensino, observava-se “[...] a total ausência das ditas ciências na capitania.” (Gonçalves et al., 1998, p. 73-74).

A expulsão dos jesuítas de Portugal e dos seus domínios e a consequente substituição do ensino apoiado na catequese jesuítica não transformou a educação em uma prática laica, antes manteve-se o preceito da doutrina cristã, mas fundamentada no compêndio de Montpellier (1770). Assim, os textos empregados como base à aprendizagem da escrita passaram a ser religiosos, para que se abolissem da educação os “maus documentos manuscritos do foro judicial, que só serviam para os alunos perderem tempo e acostamá-los ao orgulho do Foro.” (Adão, 1998, p. 17).

Ainda quanto ao processo de ensino e aprendizagem da escrita, era dada muita importância ao posicionamento da mão e dos dedos e ao talhe da pena: “A pena, em posição vertical, devia ser agarrada pelo dedo polegar, um pouco curvado, e pelo indicador e médio. Os dedos da mão esquerda mantinham o papel firme para não entortar as regras. O tinteiro era colocado do lado direito do aluno” (Adão, 1998, p. 19). Esses são requisitos básicos para uma boa escrita, tão valorizada pelo Morgado de Mateus, que buscava por pessoas que tivessem “mão hábil” para escrever em sua secretaria de governo. Esse conceito de “mão hábil”, conforme Marquilhas (2000, p. 239), refere-se mais ao desenho

caligráfico do que ao atendimento das normas ortográficas, realidade ainda inexistente no período, de acordo com Fachin (2012).

A dificuldade de encontrar profissionais locais com caligrafia adequada para sua produção escrita era motivo para que o Morgado de Mateus constantemente enviasse cartas à Coroa portuguesa, queixando-se. Com isso, afirmava que, embora houvesse copistas, grande parte não possuía as habilidades necessárias para fazer o regramento ideal dos fólhos com o uso de módulo proporcional e traçado caligráfico seguro.

Mesmo em correspondência particular, reitera seu gosto pela escrita e a dificuldade de pessoal qualificado e em quem se possa confiar:

“Aqui se não faz outra coisa mais que escrever e ver papéis. O despacho que é grande não me fica de um dia para o outro: tudo corre pela minha mão, porque não me fio de ninguém, nem tenho pessoas hábeis, exceto o Secretário que me parece bem intencionado, e o Ouvidor, com quem me dou bem, um Ministro prudente, reto, desinteressado e zeloso do serviço d’El-Rei, visto pelo que até agora tem mostrado.” Carta de Dom Luís, de 2 de Janeiro de 1766. (Bellotto, 2007, p. 219).

Nota-se, destarte, que o modelo de ensino da escrita baseava-se na escrita funcional do secretário de governo, figura de importância capital, pois era quem detinha “os segredos de Estado, a começar por esse da técnica da escrita, ligada às técnicas divinatórias. Aquele que domina as contas e os arquivos domina tanto seu segredo quanto o Estado o domina” (Debray, 1983, p. 31). Além das habilidades de manter o segredo daquilo que escrevia, esperava-se que um secretário tivesse a erudição para “pintar a palavra, fallar aos olhos, e dar côr e alma aos pensamentos” (Freire, 1746)<sup>3</sup>. Entende-se, pois, que essa erudição na produção de textos seria a finalidade precípua do processo educacional.

Interessante ressaltar, em contrapartida, que a busca deliberada por funcionários com caligrafia perfeita

não era prática oriunda da política pombalina, mas exclusivamente do Morgado de Mateus. Isso porque, de acordo com Munhoz (2015, p. 294), a pouquíssima documentação autógrafa do Marquês de Pombal restrita às comunicações privadas revela caligrafia que mais se aproxima, segundo os padrões da época, do que seria considerado uma “mão inábil”, como pode ser observado no fragmento de uma carta autógrafa do então Conde de Oeiras ao filho, no anexo 1.

De maneira oposta, em todos os seus documentos privados e públicos grafados pelo próprio punho do Morgado de Mateus na capitania de São Paulo revela-se a sua destreza caligráfica como talento bastante peculiar naquele momento, conforme se constata em um documento no anexo 2.

Para reiterar seu gosto pela observância do bom traçado, o Morgado de Mateus serve-se do verbo “debuxar”, cuja etimologia remonta ao século XII, com os sentidos de “desenhar, delinear, rascunhar” sobre um determinado suporte. Segundo Bluteau (1728, p. 362), o conceito de “debuxar” era, além de “delinear em superfície”, a ação de “representar com palavras”. Esse conceito é presente em toda a história da cultura escrita, desde a Antiguidade, conforme Castillo (2004). Entende-se, por extensão, que “debuxar” diz respeito tanto ao ato de desenhar quanto ao de escrever. Prova disso são os testes caligráficos empregados, em que se usa o termo “debuxo” como sinônimo de “produção escrita”.

Em ofício enviado da Vila de Santos a Portugal, o Morgado de Mateus desculpa-se ao Marquês de Pombal pelo fato de não conseguir produzir todas as vias de suas correspondências oficiais. Por conta de uma dor no pulso direito, o autor afirma que não poderá redigir as três vias de todos os documentos remetidos por sua secretaria de governo. Apesar desse pedido de desculpas, deve-se ressaltar que, enquanto autor intelectual, não era uma obrigação que o governante grafasse de próprio punho integralmente seus documentos. Disso decorre a rara existência de documentação autógrafa nos arquivos da administração pública colonial brasileira. Via de regra, havia nos documentos apenas a assinatura do autor intelectual (aquele que ditava a

mensagem na íntegra ou propunha os tópicos a serem percorridos nas redações), o que constituía a documentação idiográfica. De acordo com Munhoz (2015, p. 629), ao passar pelo crivo do autor intelectual, um documento idiográfico pode ser considerado o amálgama de dois discursos: o proposto pela mente do autor intelectual e o discurso das particularidades linguísticas (de ordem gráfica, morfológica e sintática) e da materialização executada pelas mãos do escriba.

Nessa lógica da não obrigatoriedade de produção material autoral dos textos, o Marquês de Pombal, como superior do Morgado de Mateus, mantém sua correspondência por meio da mão de um de seus amanuenses, conforme apontado em documento no anexo 3, no qual Pombal o aconselha a empregar seu tempo com outras ações de maior relevância ao Real Serviço, ao invés de redigir suas cartas.

Além da existência de profissionais contratados para a redação oficial nas secretarias de governo, que tornava dispensável a ação do próprio governador para essa prática, essa comunicação do Marquês de Pombal prova que a escrita de próprio punho era considerada uma tarefa de menor valia<sup>4</sup>, visão decorrente do estatuto inferior que os trabalhos manuais tinham na época. Nota-se, entretanto, que essa desvalorização da escrita manual se contrapõe à valorização do produto final da escrita, forma exclusiva de comunicação ultramarina no período, responsável por ditar todas as regras políticas a serem seguidas.

Como não seria função do próprio governador, havia diversos escrivães contratados na capitania de São Paulo. Para cumprir todas as etapas dos trâmites administrativos em uma área territorial tão dilatada, Pombal recomendou que se contratassem “os amanuenses que lhe forem necessários, os quais não sendo mais precisos se devem despedir depois de satisfeitos do seu trabalho.” (Munhoz, 2015, p. 629).

De acordo com um ofício de 12 de maio de 1768, disponibilizado em Munhoz (2015, p. 341), a Secretaria de São Paulo contou com muitas mortes causadas por moléstias. Assim, a dificuldade de encontrar pessoas

que escrevessem nos moldes desejados fez com o governador criasse uma escola com dois “Mestres de Meninos” habilitados a ensinar os aprendizes a redigir, para, no futuro, estarem aptos aos trabalhos que demandavam essa habilidade. Nesse mesmo documento, há a queixa assertiva da ausência de pessoas capacitadas: “não achei quem tivesse letra, que ao menos, por remédio, pudesse suprir esta falta.” (Munhoz, 2015, p. 342).

Além da grafia primorosa, a arte de debuxar realizava-se também na esfera das ilustrações. A intenção de conhecer “palmo a palmo o território da Capitania” de São Paulo, como afirma Barros (1967, p. 164), fez com que o próprio Morgado de Mateus produzisse vasto material de próprio punho, inclusive desenhos. Sua habilidade com a produção gráfica é ressaltada em carta à esposa, Dona Leonor, em 13 de novembro de 1765, publicada em versão atualizada por Bellotto (2007, p. 213), na qual solicita que ela “não se esqueça de mandar ensinar a José, latim e a debuxar, cuja arte a mim me tem servido mais do que todas.” Munhoz (2015, p. 456) indica que o Morgado se referia nessa carta “ao seu primogênito, Dom José Maria, que no período deveria contar sete anos e a quem a arte da escrita seria também de grande valia para adentrar à História.”

Após a contratação de professores europeus para ministrar as aulas régias, essas aulas tiveram como entrave a falta de compêndios e materiais didáticos a serem empregados como apoio ao sistema educacional pombalino recém-criado. Decorre disso o fato de permanecerem usando os mesmos materiais, dos quais se destaca o manual de Figueiredo (1718), de onde eram retirados na íntegra os testes caligráficos aplicados aos candidatos à seleção e contratação de seus escrivães.<sup>5</sup>

É interessante observar que o Morgado de Mateus se empenhava para alcançar aquilo que cobrava de seus escribas: que o debuxo fosse melodioso, uma vez que os “caracteres substituíam na escrita as vozes das cantorias. Esses eram os dizeres que aplicava como treinamento ortográfico a seus escribas”, conforme Arruda (2002, p. 379).

Diante do exposto, compreende-se como todo o empenho na realização da própria grafia demonstra o quanto o Morgado de Mateus valorizava a prática da escrita.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo apresentado permitiu que se conhecesse os bastidores da organização político-administrativa do governo do Morgado de Mateus na capitania de São Paulo, que se sustentava na comunicação escrita. Nesse cenário, entende-se que o governador, enquanto representante direto da política pombalina na capitania, tenha contribuído decisivamente para a implementação das medidas educacionais previstas. Nesse sentido, representa-se como o introdutor da reforma do ensino em São Paulo e, embora tenha aplicado medidas mais voltadas à preparação de pessoas melhor instruídas para os cargos públicos em sua secretaria de governo, acabou por contribuir com a redução do analfabetismo generalizado e o fortalecimento de uma educação laica.

Cabe refletir, no entanto, sobre o fato de que, assim como diversos preceitos iluministas não foram adotados na íntegra em Portugal e seus domínios, a reforma do ensino implementada pelo Morgado de Mateus na capitania de São Paulo tampouco foi completamente revolucionária, mantendo reminiscências de práticas educativas jesuíticas, como, por exemplo, os castigos físicos aplicados aos estudantes e a adoção de materiais pedagógicos embasados por abordagens anteriores ao advento do Iluminismo, caso da cartilha para o ensino das primeiras letras de Figueiredo (1718).

Por meio da análise do que era esperado do cargo de secretário de governo no período colonial, acredita-se que se comunicar por escrito da melhor forma e com o melhor desenho caligráfico estava no topo das expectativas de aprendizagem. Soma-se a isso, na perspectiva do Morgado de Mateus, o fato de debuxar com primazia, seja por meio da escrita, seja por desenhos para mapeamento territorial da capitania.

Inferre-se, por fim, que, embora representasse o Marquês de Pombal em suas medidas, o Morgado de Mateus implantou suas próprias formas de conduzir a educação na capitania de São Paulo no período de dez anos em que governou.

## REFERÊNCIAS

- ADÃO, Á. Aprender a ler e escrever no Portugal de setecentos. In: FERNANDES, R.; ADÃO, Á. (orgs.) **Actas do 1º congresso luso-brasileiro de história da educação**. Leitura e escrita em Portugal e no Brasil 1500-1970 - política - mentalidades - práticas educativas. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1998, vol. I, p. 13-24.
- ARRUDA, J. J. de A. (coord.). **Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo**. Catálogo I (1644 – 1830). São Paulo: EDUSC, 2002.
- BARRETO, A. **Marquês de Pombal**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982.
- BARROS, G. L. de. **A cidade e o planalto**. São Paulo: Editora Martins. 1967.
- BELLOTTO, H. L. **Arquivo: Estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- BELLOTTO, H. L. **Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Alameda, 2007.
- BELLOTTO, H. L. O cotidiano administrativo no Século XVIII: O Diário de Governo da Capitania de São Paulo (1765-1775). **Actas da IV Reunião da Sociedade Brasileira e Pesquisa Histórica**, São Paulo, 1985.
- BLUTEAU, R. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. 8 v.
- BURNS, E. M. A Revolução Intelectual dos Séculos XVII e XVIII. **História da Civilização Ocidental**. Trad. Lourival Gomes Machado, Lourdes Santos Machado e Leonel Vallandro. v. 1, 23. ed. rev. e atual. Porto Alegre: Globo, 1979, p. 545-581.
- CASTILLO, A. G. **Das tabuinhas ao hipertexto: uma viagem na história da cultura escrita**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2004.
- CORAL, C. J. **O último Avis: D. Antônio, o antagonismo e a crise dinástica portuguesa (1540-1640)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível para consulta em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-24092010-121750/pt-br.php>
- COSTA, R. F. **Memória Histórica da capitania de São Paulo: edição e estudo**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2014.
- DEBRAY, R. **O escriba: gênese do político**. Rio de Janeiro: Retour, 1983.

FACHIN, P. R. M. **Práticas de escrita setecentista em manuscrito da administração colonial em circulação pública no Brasil**. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível para consulta em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-01112011-131748/pt-br.php>.

FALCON, F. J. C. **A época pombalina**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.

FÁVERO, L. L. **As concepções linguísticas no século XVIII: a gramática portuguesa**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

FREIRE, F. J. **O secretário português: compendiosamente instruído no modo de escrever cartas**. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1746.

GONÇALVES, R. A. et al. **Luzes e Sombras sobre a Colônia: educação e casamento na São Paulo do século XVIII**. São Paulo: Humanitas; Departamento de História – FFLCH-USP, 1998. (Série Iniciação, v. 3).

GUERRA, L. de B. D. **Luís António de Sousa Botelho Mourão e a penetração no sertão paulista**. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1982.

MAXWELL, K. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**. Trad. Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MARQUILHAS, R. **A Faculdade das Letras: leitura e escrita em Portugal no séc. XVII**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

MONCADA, L. C. de. **Um “Iluminista” português do século XVIII: Luiz António Verney**. Porto: Saraiva e Cia., 1941.

MUNHOZ, R. F. **Filologia e discurso na correspondência oficial do Morgado de Mateus**: edição de documentos administrativos e estudo das marcas de avaliatividade. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível para consulta em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-22122015-124218/pt-br.php>.

PINTO, Rolando Morel. **História da Língua Portuguesa: Século XVIII**. São Paulo: Ática, 1988. In: RAMOS, R. (org.). **História de Portugal**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.

SPINA, S. **Introdução à Edótica: Crítica Textual**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Ars Poética; Edusp, 1994.

SOUZA, L. de M. e. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.); SOUZA, Laura de Mello e. (org.). **História da Vida Privada no Brasil 1: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 42-81.

VILLALTA, L. C. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.); SOUZA, Laura de

Mello e. (org.). **História da Vida Privada no Brasil 1: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 331-385.

VITRAL, L. Língua Geral versus Língua Portuguesa: a influência do “processo civilizatório”. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (org.). **Para a história do português brasileiro**. v. 2: primeiros estudos, tomo 2. São Paulo: Humanitas; FFLCH-USP; FAPESP, 2001, p. 303-315.

WEHLING, A. O conceito jurídico de povo no Antigo Regime: o caso luso-brasileiro. **Anais de História de Além Mar**, vol. II, p. 199-210, 2001.

## NOTAS

- 1 Costa (2014) afirma que, em concomitância com a abrangente prática pedagógica dos jesuítas, havia em São Paulo escolas vinculadas às ordens dos beneditinos, dos franciscanos e dos carmelitas, embora reduzidas a um ensino particular bastante restrito a uma camada seleta da população.
- 2 Não havia norma ortográfica oficial estabelecida no período, de modo que os erros ortográficos eram medidos conforme os hábitos gráficos identificados nos documentos.
- 3 Informações contidas nas páginas não numeradas, destinadas à “Instrução Preliminar”, do manual *O Secretário Português*.
- 4 De acordo com Villalta (1999, p. 29), a representação medieval de sociedade contava com a divisão de dois estados dentro do povo, os chamados “estados limpos” diferiam-se dos “estados vis”, composto por aqueles que exerciam ofícios mecânicos.
- 5 *Nova Escola para aprender a ler, escrever e contar*, escrita em 1718 por Manuel de Andrade Figueiredo, conhecida como o “Livro do Andrade”, como observam Gonçalves et al. (1998, p. 61).

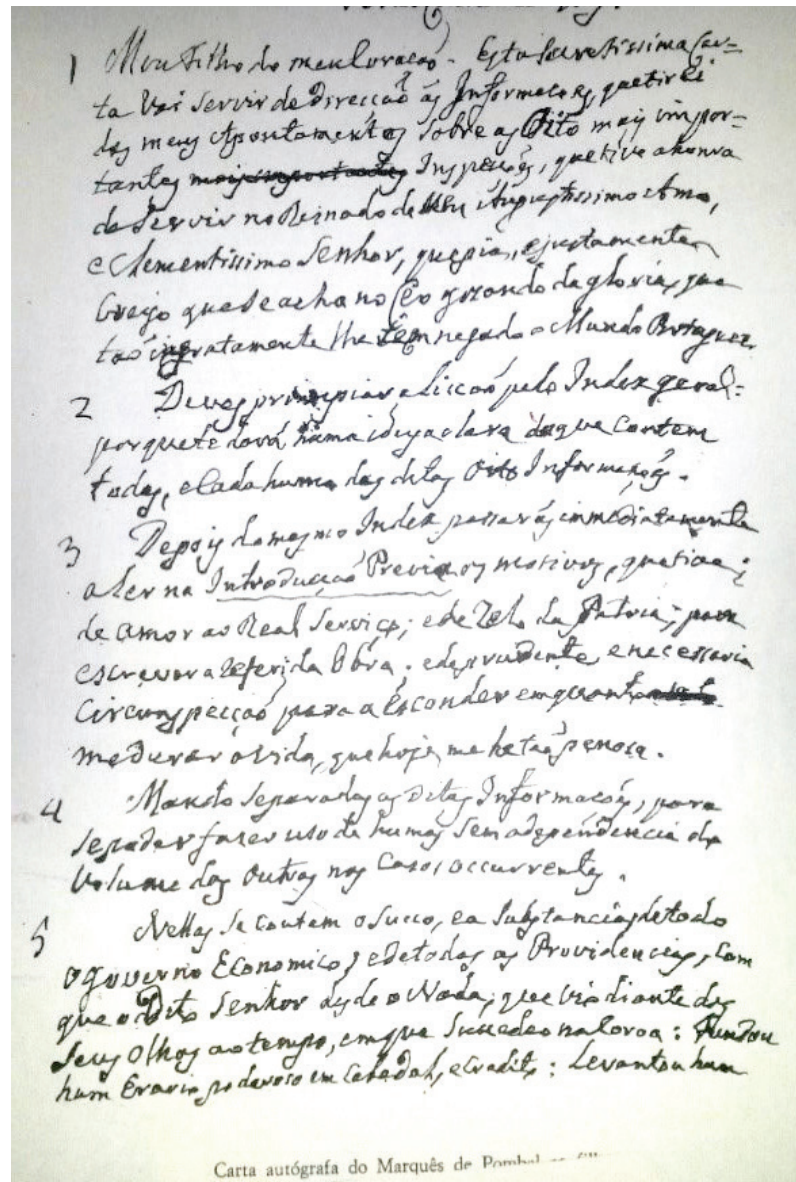
## AS AUTORAS

**Renata Ferreira Munhoz** é Doutora em Filologia e Língua Portuguesa pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP) e tem Pós-Doutorado em Linguística também pela USP. Possui experiência como Professora de Língua Portuguesa nos Ensinos Básico e Superior. Atualmente leciona Língua Portuguesa ao Ensino Básico e Superior.

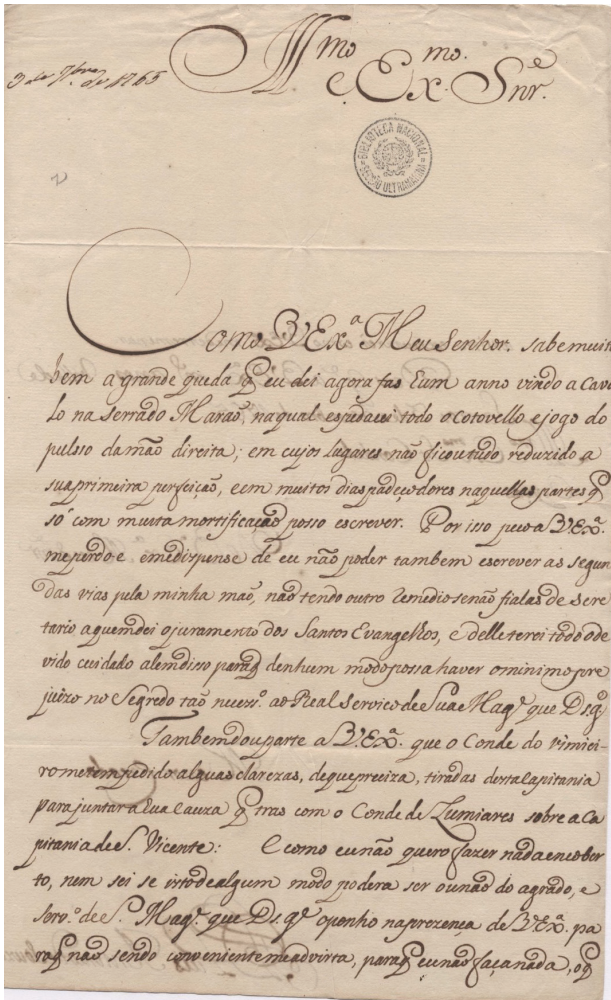
**Renata Ferreira Costa** é Doutora em Filologia e Língua Portuguesa pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). É Professora do Departamento de Letras Vernáculas e dos Programas de Mestrado Profissional em Letras e em Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

## ANEXOS

Anexo 1 – Fragmento de uma carta autógrafa do Conde de Oeiras ao filho



Fac-símile da carta do Conde de Oeiras ao filho sobre as 8 inspecções que realizara no tempo de Dom José I, escrita em Pombal, em 12 de julho de 1777. Biblioteca Nacional de Lisboa. Seção de Reservados, Manuscritos, n. 40. PBA 695, p. 230-231. Publicada por Barreto (1982, p. 34).

Anexo 2 – Carta do Morgado de Mateus ao Conde de Oeiras, escrita na Vila de Santos em 3 de setembro de 1765<sup>6</sup>

Illustrissimo eExcellentissimo Senhor

Como Vossa Excellencia Meu Senhor. sabemuito

bem a grande queda que eu dei agora fas hum anno vindo a cava Lo na Serrado Maraõ, na qual espedacei todo o cotovello e jogo do pulso damaõ direita; em cujos Lugares naõ ficoutudo reduzido a sua primeira perfeição, eem muitos dias padeçedores naquellas partes que

só com muita mortificação posso escrever. Por isso pecoa Vossa Excellencia me perdoe e me dispense de eu naõ poder tambem escrever as segundas vias pela minha maõ, naõ tendo outro remedio senaõ fialas de secretario aquem dei o juramento dos Santos Evangelhos, e delletei todo o vido cuidado alem disso para que denhum modo possa haver o minimo prejuizo no Segredo taõ necessario ao Real Servico de Sua Magestade que Deos guarde

Tambem dou parte a Vossa Excellencia que o Conde do Vimieiro me tempedido algumas clarezas, deque preciza, tiradas desta Capitania para juntar ahuacaça que tras com o conde de Lumiares sobre a Capitania de São vicente: E como euaõ quero fazer nada encober to, nem sei se isto de algum modo podera ser ou naõ do agrado, e Serviço de Sua Magestade que Deos guarde oponho na prezença de Vossa Excellencia pa

raque naõ sendo conveniente me advirta, para que euaõ faça nada, o que

Imagem fac-similar seguida da respectiva transcrição semidiplomática justalinear.

Anexo 3 - Borrão da resposta dada pelo Conde de Oeiras ao pedido do Morgado de Mateus, conforme Munhoz (2015, p. 628)

Villa de Santos 3. de Setembro de 1765

Carta Familiar de D. Luiz Antonio  
de Souza para o Illust. e Excel. mo. Sr.  
Conde de Oeyras. Respondida  
Reposta familiar

que sem muito que a sua queda e  
que em dataõ Lembrada que espera se tenha  
inteiramente restabelecido. E que pelo que  
pertence aos documentos que pede o Conde de  
Vimieiro lhe deve responder: que estando no  
Governo não pode sollicitar per si mesmo os  
taes documentos: Porem que constituindo elle  
qual

quer Procurador que o requira, e estando  
de attos, ou p[ro]p[ri]os que parem nos Cartorios d'essa  
Capitania, não haverá duvida em se lhe passar  
em todas as Cartas que pedir. E devedizer selhe  
que não tome o trabalho de escrever pela Sua  
propria mão, porque he melhor empregar esse  
tempo commais utilidade ao Real Serviço, e  
que se applicaõ Louvavele affectuamente

Villade Santos 3. de Setembro de 1765.  
Carta Familiar de Dom Luiz Antonio  
de Souza para o Illustrissimo, e Excelentissimo Senhor  
Conde de Oeyras.  
Respondidas

Reposta familiar  
que sem muito que a sua queda se  
faça ainda dataõ Lembrada. que espera se tenha  
inteiramente restabelecido: E que pelo que  
pertence aos documentos que pede o Conde de  
Vimieiro lhe deve responder: que estando no  
Governo não pode sollicitar per si mesmo os  
taes documentos: Porem que constituindo elle

qual

quer Procurador queo requiera, e constando  
de attos, ou p[ro]p[ri]os que parem nos Cartorios dessa  
Capitania, não haverá duvida em se lhe passa  
rem todas as Cartas que pedir. E devedizer selhe  
que não tome o trabalho de escrever pela Sua  
propria mão, porque he melhor empregar esse  
tempo commais utilidade ao Real Serviço, de  
que se applicaõ Louvavele affectuamente

Anexo 4 – Teste caligráfico aplicado pelo Morgado de Mateus a seus escribas, conforme Figueiredo (1718) (MUNHOZ, 2015, p. 638)

